

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

VITÓRIA LETÍCIA DE CASTRO RIBEIRO

HIERARQUIA URBANA: Um estudo analítico e comparativo das REGICs-IBGE (2007 e 2018)

São Paulo
2025

VITÓRIA LETÍCIA DE CASTRO RIBEIRO

HIERARQUIA URBANA: Um estudo analítico e comparativo das REGICs-IBGE (2007 e 2018)

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ribeiro, Vitoria

Leticia

HIERARQUIA URBANA: Um estudo analítico e comparativo das
REGICs-IBGE (2007 e 2018)
/ Vitoria Leticia Ribeiro; orientadora Rita de Cassia
Ariza da Cruz - São Paulo, 2025.

TGI (Trabalho de
Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia.

1. Hierarquia
Urbana. 2. Produção do espaço. 3. Planejamento
urbano. 4. Políticas Públicas. I. Cruz, Rita de
Cassia Ariza da, orient. II. Título.

Dedico este trabalho ao meu pai, que com muita fé pessoal da autora, está em algum lugar desse universo sorrindo orgulhoso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu pai, o primeiro entusiasta da geografia que conheci na vida. Agradeço especialmente também as minhas tias, sem elas eu não teria chegado até aqui. Meu muito obrigada a toda minha família, no geral.

Aos meus amigos de infância, de graduação, enfim de vida, que sempre foram um alento, um “lugar” onde eu pude encontrar conforto e compreensão.

Por fim, mas não menos importante, agradeço minha orientadora Rita Cruz, por toda dedicação, paciência, disponibilidade e ensinamentos durante esta pesquisa e, além disso, por me tranquilizar em tantos momentos, trazendo reflexões de tranquilidade para essa jornada.

Este trabalho marca o fim de uma etapa muito importante na minha vida, sou profundamente grata por todas as oportunidades que recebi e todos os momentos de aprendizagem.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo principal discutir os critérios que levaram o IBGE a elaborar as REGICs, com enfoque especial nas edições de 2007 e 2018, sendo as mais recentes. Tal estudo busca compreender como o conceito de hierarquia urbana influencia nas tomadas de decisões para a produção do espaço, seja na esfera governamental, de empresas privadas e com as ações da sociedade civil. Assim sendo, buscar-se-á corroborar a ideia de que o espaço é algo vivo e um fator da evolução social, e não apenas uma condição, como sempre defendeu o geógrafo Milton Santos. Logo, debater alguns fenômenos do planejamento urbano torna-se essencial dentro da Geografia Humana, evidenciando a criticidade necessária para abordar este tema e apontando, portanto, os processos dispersos e desiguais que formam o espaço brasileiro.

Palavras-chave: Hierarquia Urbana; Produção do Espaço; Políticas Públicas; REGIC.

ABSTRACT

The main objective of this work is to discuss the criteria that led IBGE to develop the REGICs, with a special focus on the 2007 and 2018 editions, which are the most recent. This study seeks to understand how the concept of urban hierarchy influences decision-making for the production of space, whether in the government sphere, in private companies, or through civil society actions. Therefore, it will seek to corroborate the idea that space is something alive and a factor in social evolution, and not just a condition, as geographer Milton Santos has always defended. For this reason, discussing some phenomena of urban planning becomes essential within Human Geography, highlighting the criticality needed to address this topic and, consequently, showing the dispersed and unequal processes that shape Brazilian space.

Keywords: Urban Hierarchy; Production of Space; Public Policies; REGIC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

REGIC Regiões de Influência das Cidades

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
SUMÁRIO	8
Procedimentos metodológicos	10
1. REGICs E OS FUNDAMENTOS E MÉTODOS QUE LHES DÃO ORIGEM	11
1.1. Conceituação	11
1.2. Critérios escolhidos e metodologia utilizada	13
2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	18
2.1. Estudo sobre regiões de influência das cidades	18
2.2. Classificação hierárquica e diferenciação entre as cidades no território	27
2.3. Análise do processo de formação do espaço urbano brasileiro	28
3. COMPARAÇÃO ENTRE OS DOCUMENTOS MAIS RECENTES (2007 E 2018)	31
3.1. Mudanças realizadas entre uma edição e outra	31
3.2. Por que o IBGE publica esta análise neste intervalo de tempo (10 em 10 anos)?	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

A presente monografia resulta do objetivo inicial de realizar uma pesquisa comparativa e analítica, buscando elucidar o processo de caracterização da nomenclatura e hierarquia das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, definido pela REGIC (sigla para “Regiões de Influência das Cidades”) compreendida no estudo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para isso, foi desenvolvida uma análise baseada nessas pesquisas do Instituto relativas às Regiões de Influência das Cidades, com ênfase principal nos anos de 2007 e 2018, períodos estes em que ocorreram alterações significativas nos critérios de classificação dos municípios incluídos neste trabalho.

O estudo proposto buscará, então, discutir de maneira crítica os impactos dos processos de regionalização e as implicações das modificações nos critérios adotados, avaliando como essas mudanças influenciam a compreensão do fenômeno geográfico das metrópoles.

É crucial, para elaborar um sólido estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades, debater, ainda que consciente da amplitude e complexidade do tema, conceitos como a produção do espaço urbano e produção da rede urbana para assim compreender as hierarquias urbanas discutidas pelo IBGE através das REGICs.

Definido o foco de pesquisa do trabalho, o objetivo central é realizar uma análise crítica dos critérios e metodologias adotados pelo IBGE na realização do documento das Regiões de Influência das Cidades, com destaque nas modificações ocorridas entre os anos de 2007 e 2018, conforme mencionado anteriormente. Em particular, busca-se compreender o processo de mudança na caracterização da metrópole nacional do Rio de Janeiro, investigando os motivos subjacentes a essa alteração e como ela foi interpretada por estudiosos da dinâmica urbana brasileira. A pesquisa também visa examinar as principais diferenças entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, no que tange à realidade concreta dessas duas regiões.

Para atingir o objetivo principal, essa pesquisa também se guiou por objetivos específicos, necessários para a compreensão do tema, que engloba a descrição, caracterização e análise dos métodos e intenções do IBGE no desenvolvimento das REGICs. Assim, a monografia busca identificar e discutir as abordagens adotadas pelo Instituto, avaliando suas implicações no contexto urbano e regional brasileiro, no geral.

É vital pontuar que a REGIC serve para embasar as políticas públicas e tomadas de decisões, visto que a criação e utilização da burocracia e serviços estatais dependem dos critérios definidos por ela em muitas ocasiões. Logo, a metodologia empregada pelo IBGE será analisada criticamente, bem como a leitura e reflexão de informações oficiais.

Assim sendo, o trabalho recorrerá, sobretudo, às fontes bibliográficas que tratam

da temática da regionalização, com especial realce em autores cujas investigações se revelaram essenciais para a compreensão e análise desse processo. Vale destacar, também, que a regionalização no Brasil tem se desenvolvido de forma desigual e complexa desde suas origens.

As metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro atravessaram processos de urbanização que, embora distintos em diversos aspectos, também apresentam características comuns. Ambas enfrentaram o desafio de uma urbanização acelerada, marcada pela ausência de uma consideração social adequada e orientada, predominantemente pela lógica capitalista. Nesse contexto, buscar-se-á analisar dados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente aqueles relacionados às REGICs, com o intuito de compreender de que maneira os fenômenos geográficos se interrelacionam com o processo de metropolização.

A pesquisa estará particularmente voltada para os arquivos do IBGE que documentam as alterações nas metodologias de regionalização das metrópoles nas duas últimas edições da pesquisa, com o objetivo de examinar as modificações nos critérios e abordagens adotadas.

Procedimentos metodológicos

Para a elaboração desta monografia foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da hierarquia urbana no território brasileiro. A principal intenção do trabalho é fazer uma leitura crítica dos documentos do IBGE, as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), a partir disso, entender as principais diferenças e similaridades entre os documentos de 2007 e 2018 e vislumbrar a importância desses estudos para a base de políticas públicas no Brasil.

A leitura de autores como Santos (2008), Catelan (2013), Eufrasio (1982), Christaller (1982), Correa (1995), Lefebvre (2006), Moura (2009), bem como os documentos oficiais elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mencionados acima e as análises feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tornaram-se essenciais para o entendimento do fenômeno que busca-se aqui ser estudado.

1. REGICs E OS FUNDAMENTOS E MÉTODOS QUE LHES DÃO ORIGEM

1.1. Conceituação

A edição de 2007 da REGIC consolidou, finalmente, um modelo de hierarquização que atribuía aos grandes centros urbanos o papel de polos de influência em âmbitos regional e nacional, diferentemente das edições anteriores. Já a edição de 2018 apresentou algumas mudanças significativas ao incorporar novas metodologias e critérios para a definição da centralidade das cidades e de suas funções na rede urbana. Nesse sentido, este estudo propõe uma análise comparativa entre essas duas edições, que são as mais recentes produzidas pelo órgão, com o propósito de responder à seguinte questão central: Quais foram, portanto, as principais transformações e permanências na hierarquia urbana brasileira entre 2007 e 2018?

Esse tipo de leitura traz à luz as mudanças na organização espacial ao longo do tempo, como se transforma o território e, consequentemente, como a produção do espaço é mutável e acompanha o processo de evolução da sociedade. Conforme Milton Santos, em seu livro “Espaço e Método”, \ “Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele” (Santos 2008, pg. 67).

Logo, vislumbra-se a ideia de que cada lugar e espaço estão sempre mudando sua própria significação, graças ao movimento social.

A distribuição dos níveis hierárquicos no território brasileiro é desigual, desde sua formação territorial em seus primórdios coloniais. Em seus estudos, Milton Santos aponta para a expansão e disposição dos recursos, bens e serviços alocados de maneira divergente entre os diferentes espaços urbanos. Ao elaborar as REGICs, o IBGE aponta e analisa as principais discrepâncias existentes no espaço. Isto é, as REGICs evidenciam áreas que contam com uma rede urbana estruturada e áreas onde há ausência de alguns dos serviços mais essenciais para a sociedade em geral. O Centro-Sul do país exemplifica o primeiro caso, pois conta com um significativo número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais, com grande articulação entre si. Já as regiões Norte e Nordeste, por sua vez, ilustram o segundo caso, uma vez que apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz, de acordo com o IBGE (2007). Isto ocorre tanto em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, onde há uma dispersa ocupação do território, quanto do Nordeste, apesar de sua ocupação consolidada e, em muitas áreas, densa.

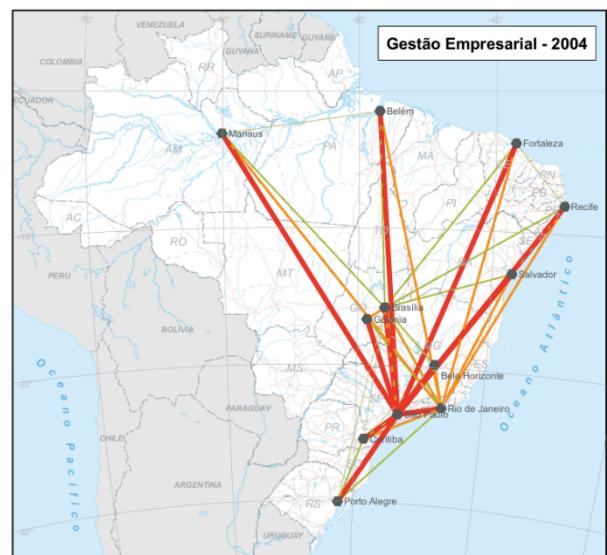
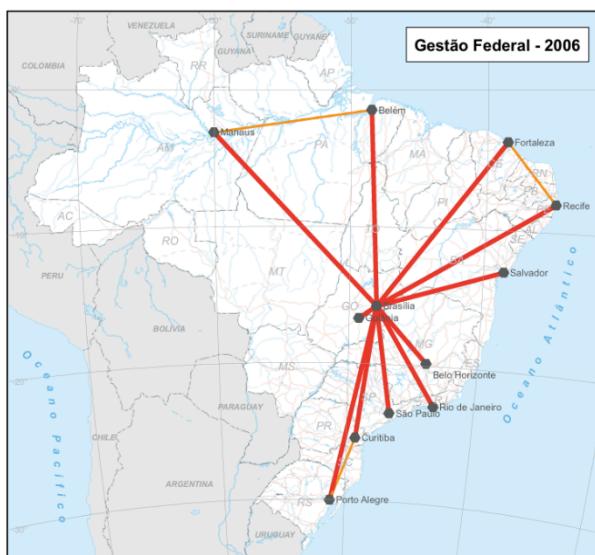
É, portanto, vital entender como a criação, manutenção e evolução da estrutura

urbana brasileira influencia diretamente na organização do território e suas instâncias, determinando assim as tomadas de decisões, políticas públicas e todos os seus agentes dispostos no espaço.

As cidades são objetos de estudos cada vez mais complexos e integrados. É importante destacar que “o avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes - de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica - cujos nós são constituídos pelas cidades.” (Santos, 2008). Estas, então, são espaços que reproduzem a desigualdade social e ampliam a pobreza, bem como a concentração de renda., Lefebvre (2006) defende que as pessoas não usufruem do espaço urbano de maneira igual, o direito à cidade não se concretiza na prática e se firma pela lógica única e exclusivamente do capital. Por outro lado, as cidades também constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos.

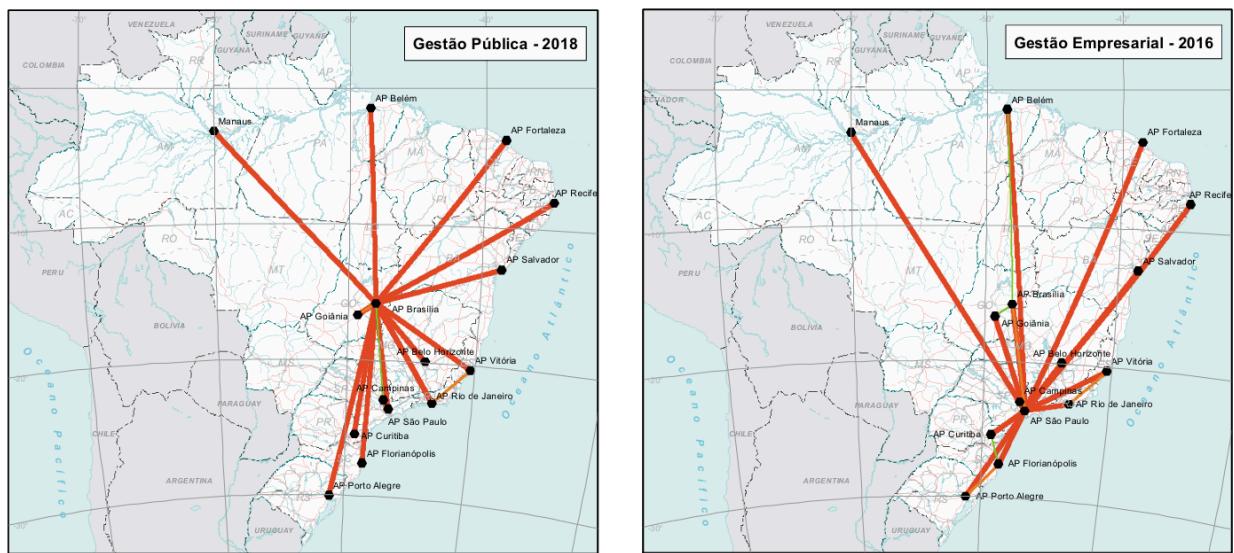
Assim, na complexidade de uma rede urbana, pode-se enxergar que coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão, seja pública e/ou empresarial, mantém relações de controle e comando entre os centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e, consequentemente, destinando os investimentos para a manutenção dessas estruturas. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços, como discorre o IBGE.

Mapa 2 – Ligações entre metrópoles



Fonte: REGIC, IBGE – 2007

Mapa 2 - Ligações entre Metrópoles



Fonte: REGIC-IBGE, 2018.

1.2. Critérios escolhidos e metodologia utilizada

Nas edições de 2007 e 2018, a hierarquia urbana no Brasil foi estabelecida com base em diversos fatores que refletem a importância e a influência das cidades no território nacional. Um dos principais critérios utilizados pelo IBGE para elaborar as REGICs foi a gestão federal, considerando a presença de órgãos administrativos do governo que exercem funções essenciais para a organização do espaço geográfico. Além disso, a gestão empresarial desempenhou um papel fundamental, avaliando a localização de sedes e filiais de empresas, que são responsáveis pelo dinamismo econômico das cidades.

Outro aspecto relevante foi a disponibilidade de equipamentos e serviços, incluindo infraestrutura como bancos, estabelecimentos comerciais, instituições de ensino superior, unidades de saúde, conexões aéreas e redes de televisão aberta. Esses elementos contribuem para a centralidade urbana e a capacidade de atendimento das demandas regionais. Os fluxos de bens e serviços também foram considerados, com destaque para os deslocamentos regulares de pessoas para consumo, estudo e trabalho. A interação entre as cidades por meio desses fluxos reforça a interdependência e a funcionalidade do espaço urbano, estruturando uma rede hierárquica que define a influência de cada centro urbano no país.

Essas duas novas edições das REGICs aprimoraram a classificação das regiões para fins de planejamento, coleta de dados e formulação de políticas públicas, se forem comparadas as versões antigas. Entre os seus principais objetivos destacam-se a representação das dinâmicas atuais de integração regional, considerando a mobilidade populacional e o comércio intermunicipal, o apoio ao planejamento de políticas públicas, permitindo, então, a

implementação de medidas mais direcionadas, e o aprimoramento da coleta de dados estatísticos, possibilitando informações mais detalhadas sobre as interações econômicas e sociais entre os municípios.

A divisão territorial foi estruturada em duas grandes categorias, que refletem de maneira mais precisa as interações econômicas e infraestruturais. As Regiões Geográficas Imediatas, que são unidades menores e que agrupam municípios com forte interação cotidiana, especialmente no que diz respeito à mobilidade populacional e às atividades econômicas locais, como deslocamentos diários para trabalho, comércio e serviços. Já as Regiões Geográficas Intermediárias representam agrupamentos mais amplos das Regiões Geográficas Imediatas, considerando conexões econômicas, infraestruturas de transporte e redes de serviços, desempenhando um papel essencial no planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Os critérios utilizados para a definição das regiões foram fundamentados em três aspectos centrais: a integração econômica e funcional, que analisou os fluxos econômicos entre municípios, incluindo atividades comerciais, industriais e agropecuárias; a mobilidade populacional, que considerou os deslocamentos diários de pessoas para fins de trabalho, estudo e consumo de bens e serviços; e a infraestrutura de transporte e comunicação, que avaliou as conexões rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias entre diferentes regiões, contribuindo para a formação de territórios mais integrados.

Segundo o IBGE (REGIC-2018), essa reorganização trouxe impactos para o planejamento governamental e a formulação de políticas públicas. Entre os principais avanços, destaca-se o desenvolvimento de políticas mais eficazes, adaptadas às especificidades regionais em áreas como saúde, educação, transporte e segurança, se compararmos com o impacto da REGIC de 2007. Ademais, houve o aprimoramento do planejamento urbano e rural, favorecendo uma compreensão mais aprofundada da interação entre grandes metrópoles e suas regiões periféricas. Também se verificou um maior detalhamento na coleta de dados para o Censo Demográfico e outras pesquisas, proporcionando uma análise mais precisa da população e suas necessidades.

Assim sendo, o IBGE utiliza critérios científicos para a formulação do questionário que embasa a classificação e a hierarquização dos centros urbanos brasileiros. O objetivo central do levantamento é compreender as relações entre os municípios e como essas interações estruturam a rede urbana nacional, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, os critérios utilizados pelo instituto são definidos de maneira a captar os fluxos de bens, serviços, pessoas e decisões administrativas, permitindo uma representação precisa da dinâmica territorial brasileira.

A concepção do questionário utilizado na REGIC parte de uma abordagem fundamentada em duas principais teorias da geografia urbana: a Teoria dos Lugares Centrais e a Teoria dos Fluxos Centrais, conceitos desenvolvidos por Walter Christaller, que analisa os deslocamentos e as interconexões entre diferentes centros urbanos. A primeira teoria permite identificar as funções centrais exercidas pelos municípios e sua capacidade de oferecer bens e serviços para cidades menores. Já a segunda examina os fluxos populacionais, administrativos e comerciais que ocorrem no território, determinando a influência de um município sobre outro. A integração dessas abordagens assegura que o questionário conte com aspectos tanto estruturais quanto funcionais da rede urbana.

A formulação das perguntas segue um processo de refinamento metodológico que busca abranger as múltiplas dimensões da organização territorial. O primeiro critério utilizado é a identificação dos fluxos de deslocamento da população, que permite compreender para quais cidades os habitantes de determinado município se dirigem para acessar serviços essenciais, como saúde, educação, comércio e transporte. Essa informação é essencial para definir a centralidade de uma cidade e sua área de influência sobre outros municípios. O questionário investiga, por exemplo, onde os moradores realizam suas compras, quais cidades são procuradas para tratamento médico de alta complexidade, e quais centros urbanos concentram instituições de ensino superior.

Outro critério fundamental adotado pelo IBGE diz respeito à gestão pública e empresarial. A pesquisa investiga quais municípios são sedes de órgãos públicos regionais, como delegacias regionais da Receita Federal, superintendências estaduais e centros administrativos do governo federal e estadual. Essa variável permite determinar o nível de influência de cada cidade na administração pública e na tomada de decisões institucionais. Paralelamente, o questionário busca compreender a centralidade econômica das cidades, analisando onde estão localizadas as sedes de grandes empresas, bancos e instituições financeiras, além de identificar os principais polos de atração de investimentos e geração de empregos.

Tabela 7 - Coeficiente de intensidade e centros de gestão empresarial, segundo as Grandes Regiões – 2018

Grandes Regiões	Gestão empresarial			
	Coeficiente de intensidade		Centros	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	629 970	100,0	1 288	100,0
Norte	29 855	4,7	93	7,2
Nordeste	95 377	15,1	266	20,7
Sudeste	287 383	45,6	466	36,2
Sul	147 368	23,4	315	24,5
Centro-Oeste	69 987	11,1	148	11,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

Fonte: IBGE, 2018.

Além disso, a REGIC incorpora uma avaliação detalhada da infraestrutura urbana e da conectividade entre os municípios. O questionário busca identificar quais cidades possuem terminais rodoviários, aeroportos e conexões ferroviárias e hidroviárias, além de mapear os principais eixos de deslocamento da população. A infraestrutura de transporte é um fator determinante na definição da hierarquia urbana, pois influencia diretamente a acessibilidade e a integração regional. O IBGE também investiga quais cidades concentram meios de comunicação de alcance regional, como jornais impressos, emissoras de rádio e televisão e provedores de internet, visto que a difusão da informação é um indicador relevante da influência urbana.

Outro elemento-chave considerado na elaboração do questionário da REGIC é a dinâmica entre áreas urbanas e rurais. O levantamento busca identificar como os municípios rurais se relacionam com os centros urbanos, seja pelo acesso a serviços essenciais, seja pela dependência econômica em relação às cidades maiores. A expansão das áreas metropolitanas e a crescente interdependência entre áreas urbanas e rurais são aspectos que influenciam diretamente a reconfiguração da rede urbana nacional, tornando necessária a inclusão de perguntas que capturem essa relação.

Segundo o IBGE, a operacionalização do questionário segue um protocolo padronizado para garantir a precisão das respostas e a comparabilidade dos dados ao longo do tempo. As entrevistas são realizadas em todas as unidades federativas do Brasil por meio da Rede de Agências do IBGE, utilizando dispositivos móveis de coleta de dados que permitem a verificação em tempo real das respostas. Essa abordagem assegura maior confiabilidade na

obtenção das informações e permite a identificação de inconsistências durante o processo de coleta.

A periodicidade da REGIC, estabelecida em aproximadamente dez anos, é outro fator que influencia a formulação do questionário. Como o levantamento busca capturar as transformações da rede urbana ao longo do tempo, o IBGE revisa as perguntas a cada nova edição, ajustando-as para refletir mudanças econômicas, sociais e infraestruturais ocorridas desde a última pesquisa. Essa atualização metodológica garante que a REGIC continue sendo um instrumento preciso para a análise da organização territorial brasileira e para o planejamento de políticas públicas baseadas em evidências concretas, segundo o próprio Instituto.

Dessa forma, os critérios utilizados pelo IBGE na formulação do questionário da REGIC são estruturados para capturar de maneira abrangente e detalhada a complexidade da rede urbana nacional. A combinação de variáveis que analisam deslocamentos populacionais, gestão pública e empresarial, infraestrutura urbana, conectividade regional e dinâmicas urbano-rurais permite a construção de um retrato fiel da organização do território. Esse processo metodológico garante que a REGIC continue sendo uma ferramenta essencial para a compreensão das interações entre os municípios e para a formulação de estratégias de desenvolvimento regional mais eficientes e equitativas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por fim, o IBGE, através desses documentos, busca estudar a rede urbana brasileira, ao criar e editar novas versões da REGIC com o passar dos anos, apontando permanências e modificações. A pretensão é dar base com dados relevantes e sólidos para o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, além de claro, entender as relações sociais.

2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Estudo sobre regiões de influência das cidades

Os principais resultados que o IBGE aponta na REGIC de 2007 e 2018 envolvem as classificações hierárquicas abaixo em que os centros urbanos estão constituídos em cinco níveis principais

Hierarquia urbana - REGIC 2007

Nível	Subnível	Características
Metrópoles	Grande metrópole nacional	São Paulo, maior centro urbano do Brasil, com 19,5 milhões de habitantes (2007), no primeiro nível da gestão territorial.
	Metrópole nacional	Rio de Janeiro (11,8 milhões) e Brasília (3,2 milhões), no primeiro nível da gestão territorial, influenciando centros em todo o país.
	Metrópole	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre (população de 1,6 a 5,1 milhões), segundo nível da gestão territorial.
Capital regional	Capital regional A	11 cidades, medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.
	Capital regional B	20 cidades, medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.
	Capital regional C	39 cidades, medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.
Centro sub-regional	Centro sub-regional A	85 cidades, medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.
	Centro sub-regional B	79 cidades, medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
Centro de zona	Centro de zona A	192 cidades, medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.
	Centro de zona B	364 cidades, medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. 235 não haviam sido classificadas antes, e 107 estavam no último nível da classificação anterior.
Centro local	-	4.473 cidades cuja centralidade não extrapola os limites do próprio município. Mediana de 8.133 habitantes, predominantemente com menos de 10 mil habitantes.

Fonte: IBGE - 2007 Elaboração: Vitória Letícia Ribeiro

Abaixo, pode-se comparar e vislumbrar possíveis alterações com a REGIC de 2018.

Hierarquia urbana - REGIC 2018

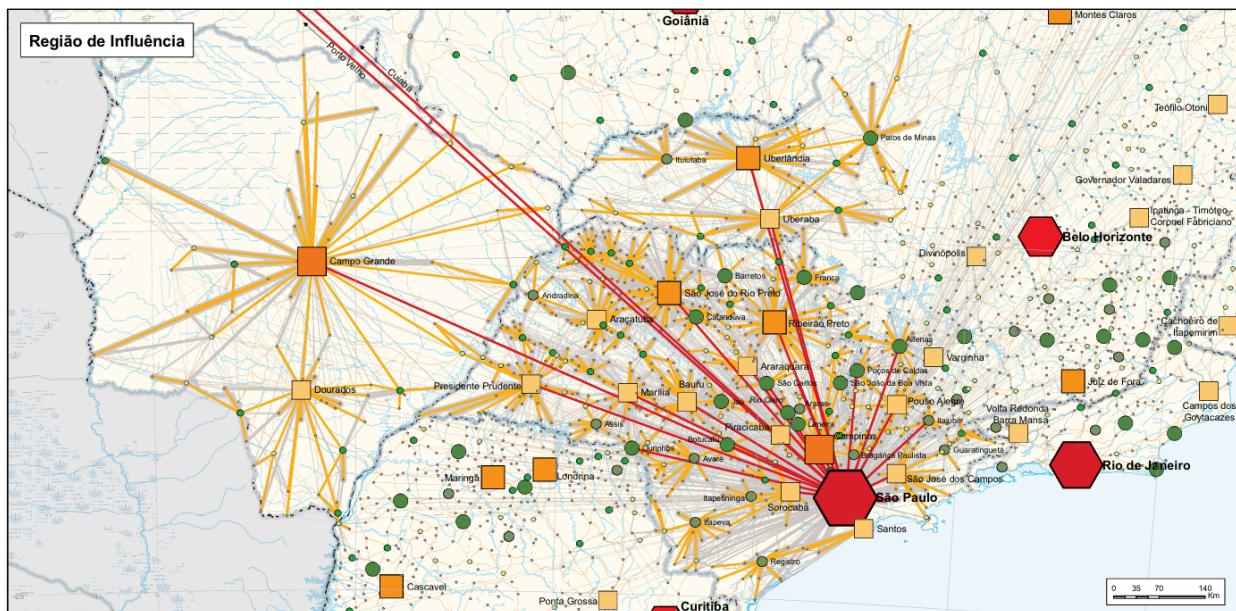
Nível	Subdivisão	Características Principais
Metrópoles	Grande Metrópole Nacional	São Paulo (SP); Maior centro urbano do Brasil; 21,5 milhões de habitantes em 2018; 17,7% do PIB nacional em 2016.
	Metrópole Nacional	Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ); Papel de grande influência nacional; População de 3,9 milhões (Brasília) e 12,7 milhões (Rio de Janeiro) em 2018.
	Metrópole	12 cidades: Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Salvador, Vitória e Manaus; População média de 3 milhões; Belo Horizonte (5,2 mi) é a maior; Florianópolis (1 mi) e Vitória (1,8 mi) são as menores.
Capitais Regionais	Capital Regional A	9 cidades, incluindo capitais do Nordeste e Centro-Oeste, exceto Ribeirão Preto (SP); População entre 800 mil e 1,4 milhão de habitantes.
	Capital Regional B	24 cidades; Centralidades de referência no interior dos estados; Média de 530 mil habitantes; São José dos Campos (SP) é a exceção com 1,6 mi de habitantes.
	Capital Regional C	64 cidades; Inclui as capitais Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Macapá (AP); Média de 300 mil habitantes; Maior média no Sudeste (360 mil) e menor no Sul (200 mil).
Centros Sub-Regionais	Centro Sub-Regional A	96 cidades; Maior concentração no Sudeste, Sul e Nordeste; Média populacional de 120 mil habitantes.
	Centro Sub-Regional B	256 cidades; Predominância no Sudeste e Nordeste; Média de 70 mil habitantes (Sudeste: 85 mil, Sul: 55 mil).
Centros de Zona	Centro de Zona A	147 cidades; Média de 40 mil habitantes; Mais populosas no Norte (60 mil), menos no Sul e Centro-Oeste (30 mil); Classificadas nos níveis 3 e 4 de gestão territorial.
	Centro de Zona B	251 cidades; Média de 25 mil habitantes; Norte (35 mil) e Sul (15 mil); Predominância no Nordeste (100 cidades).
Centros Locais	-	4.037 cidades; Influência restrita ao próprio território; Média de 12,5 mil habitantes (Norte: 20 mil; Sul: 7,5 mil); Representam 82,4% das unidades urbanas analisadas.

Fonte: IBGE - 2018. Elaboração: Vitória Letícia Ribeiro

Assim sendo, pode-se aferir as regiões de influência. O IBGE identificou 12 grandes redes urbanas comandadas pelas metrópoles em 2007, com algumas mudanças na REGIC de 2018, já que este número aumentou para 15, uma vez que Campinas, Florianópolis e Vitória foram adicionadas como metrópoles influentes na dinâmica urbana observada pelo

IBGE. Vale destacar o papel importante que Campinas exerce como centro hierárquico para sua região, pois é a única cidade da lista que não é uma capital de estado. São Paulo, a então grande metrópole nacional, exerce a maior influência na lógica de organização espacial do país, fato este que não se alterou entre 2007 e 2018, abrangendo 28% da população brasileira e 40,5% do PIB do Brasil.

Mapa 4 - São Paulo (SP) - Metrópole nacional (1A)



Fonte: REGIC, IBGE – 2007

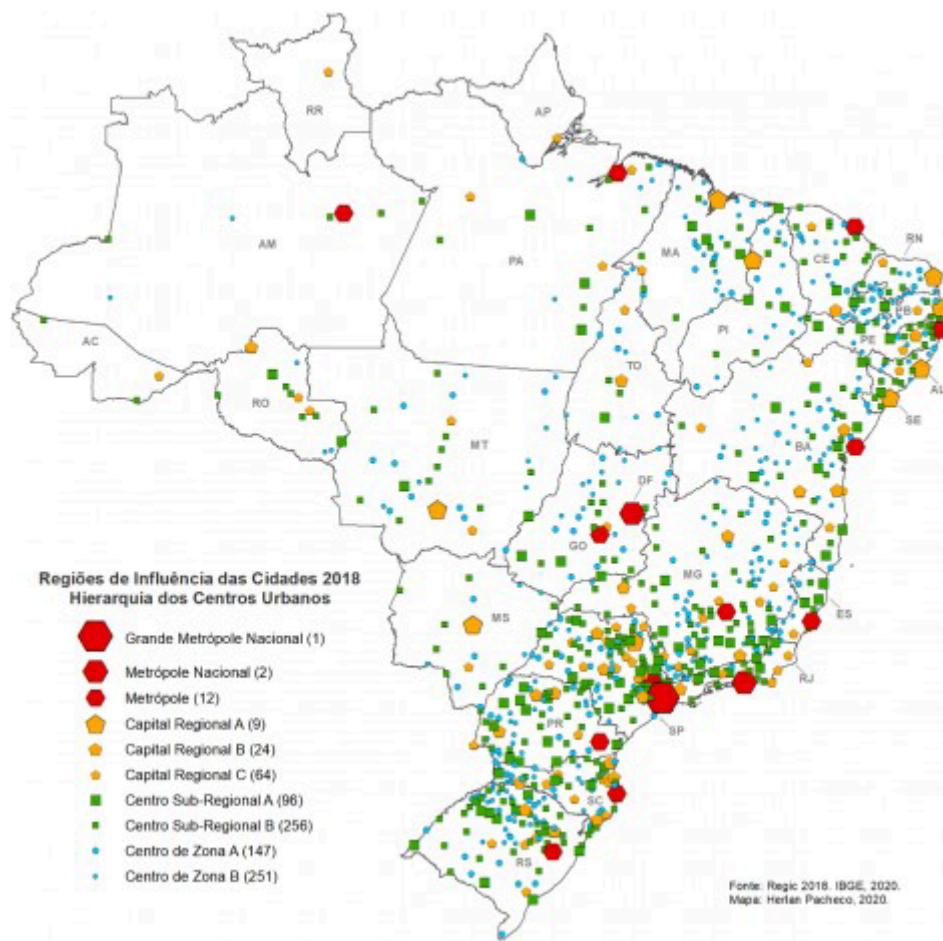
O IBGE entende que as principais transformações que possibilitaram a realização da REGIC de 2007 foi o crescimento da hierarquia de alguns centros regionais e a ascensão de novos centros urbanos na configuração das redes urbanas e seus fluxos. Além disso, o estudo observou o avanço tecnológico e mudanças nas redes de transporte e comunicação, tais fatores influenciaram fortemente a reorganização da rede urbana.

No que diz respeito à administração pública, a pesquisa evidencia que a maior parte dos órgãos governamentais e unidades administrativas de alto nível estão concentrados nas metrópoles e capitais estaduais, especialmente naquelas classificadas como **Capitais Regionais A e B**. Brasília, como capital nacional, exerce uma função central na governança do país, sendo o principal polo de decisões estratégicas e sede das instâncias superiores do poder executivo, legislativo e judiciário. Esse papel central se traduz em uma grande concentração de deslocamentos para Brasília, seja por demandas institucionais de estados e municípios, seja pela necessidade de acesso a serviços públicos específicos que só estão disponíveis na capital federal.



Fonte: REGIC, IBGE – 2007

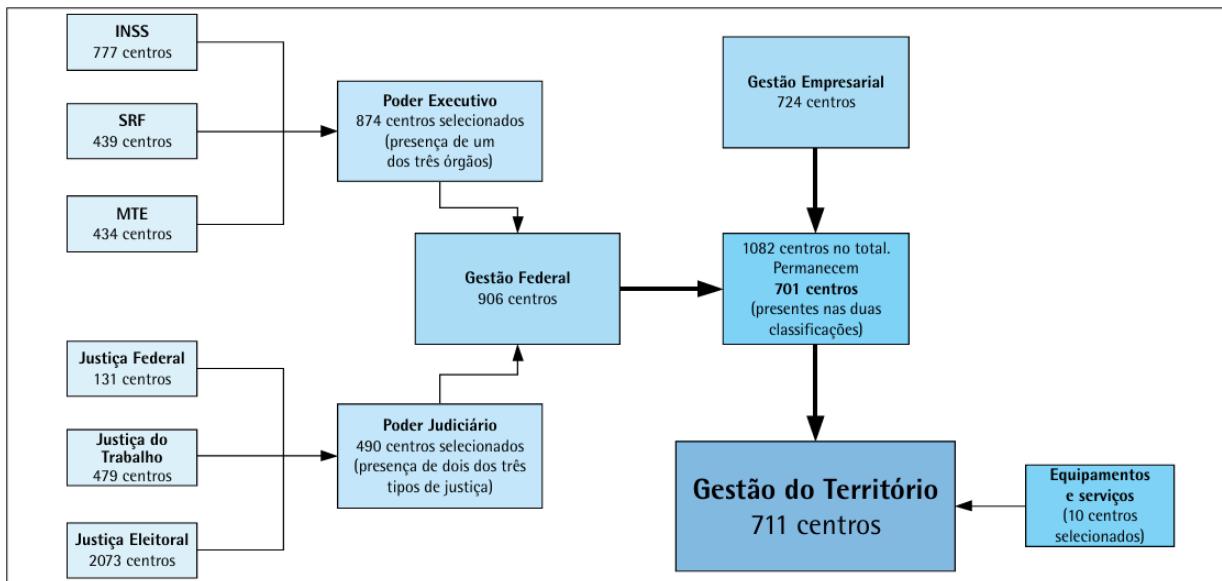
Conforme IBGE (2007), além de Brasília, outras metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte apresentam um alto nível de centralidade administrativa, abrigando órgãos regionais de instituições federais e estaduais. Essas cidades também se destacam na oferta de serviços essenciais de caráter especializado, como hospitais universitários de referência, centros de pesquisa e tribunais de justiça, o que reforça a necessidade de deslocamentos de moradores de cidades menores em busca desses serviços. Essa estrutura cria uma rede administrativa desigual, na qual apenas as cidades de maior hierarquia conseguem prover serviços complexos de maneira autônoma, enquanto centros urbanos de menor porte dependem de articulações com cidades mais influentes para suprir suas necessidades institucionais, de acordo com os estudos do Instituto.



Fonte: REGIC 2018 adaptado por Herlan Pacheco.

A pesquisa realizada pelo IBGE também revela que, em estados onde a capital é relativamente pequena em comparação a outros centros urbanos do mesmo território, a distribuição dos serviços públicos pode assumir características diferenciadas. Em estados como São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, cidades como Campinas, Ribeirão Preto e Uberlândia exercem uma forte centralidade administrativa, atuando como polos de gestão regional. Nessas localidades, há a presença de unidades descentralizadas de órgãos federais e estaduais, como Delegacias Regionais do Trabalho, Superintendências da Receita Federal e Tribunais Regionais do Trabalho, que reduzem, em parte, a necessidade de deslocamentos para a capital do estado. No entanto, mesmo com essa descentralização relativa, a maioria das decisões estratégicas e processos administrativos de maior complexidade ainda requer deslocamentos para os principais centros metropolitanos, perpetuando a concentração de poder e recursos, de acordo com as conclusões das REGICs de 2007 e 2018.

Figura 1 – Etapas da definição dos centros de gestão do território

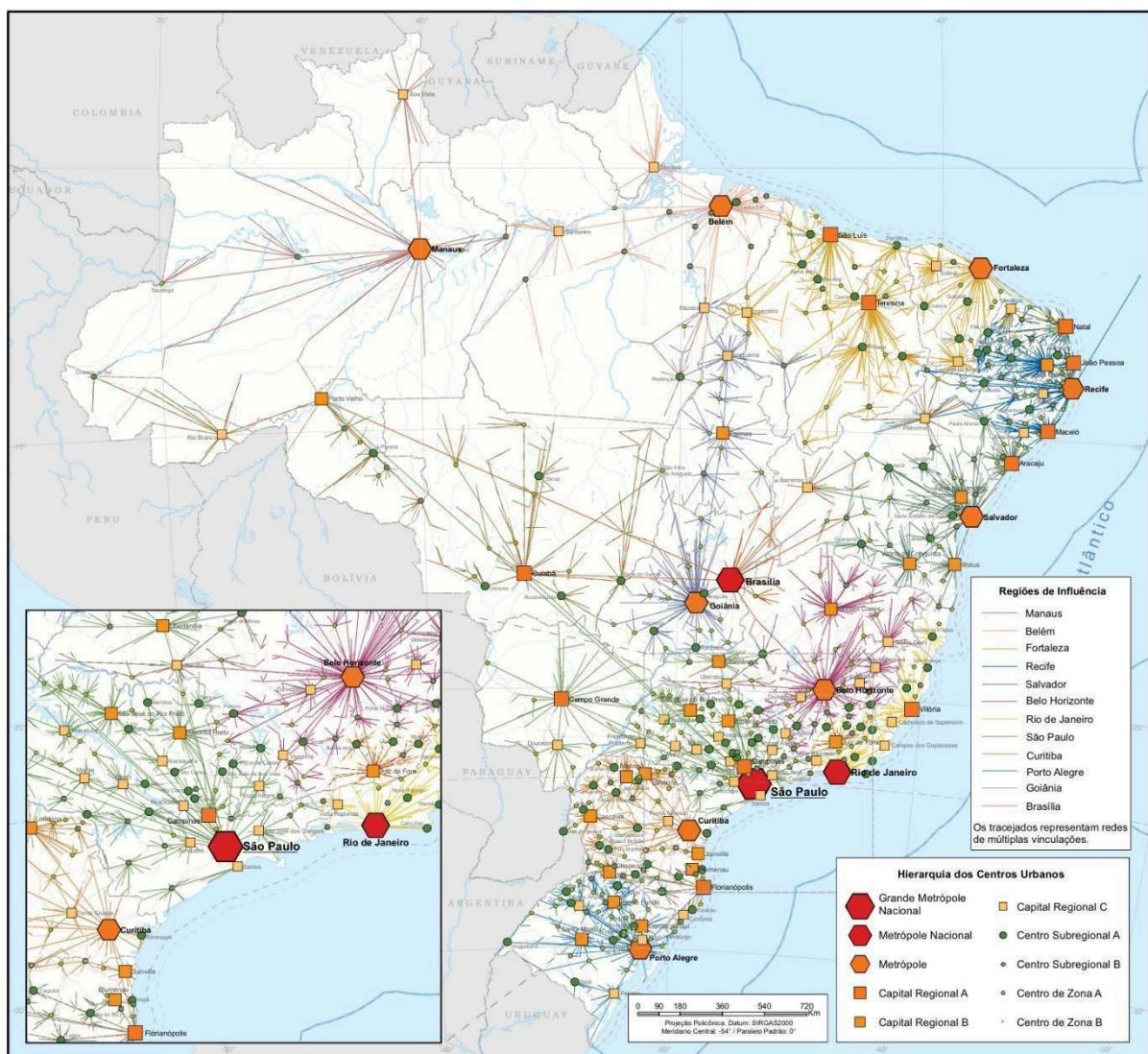


Fonte: REGIC-IBGE 2007

A análise da distribuição da população também desempenhou um papel central na definição das regiões. O IBGE avaliou fatores como densidade demográfica, formação de grandes aglomerações urbanas e concentração de atividades econômicas. Municípios com características semelhantes em termos de desenvolvimento socioeconômico foram agrupados, garantindo uma representação mais coerente da realidade regional.

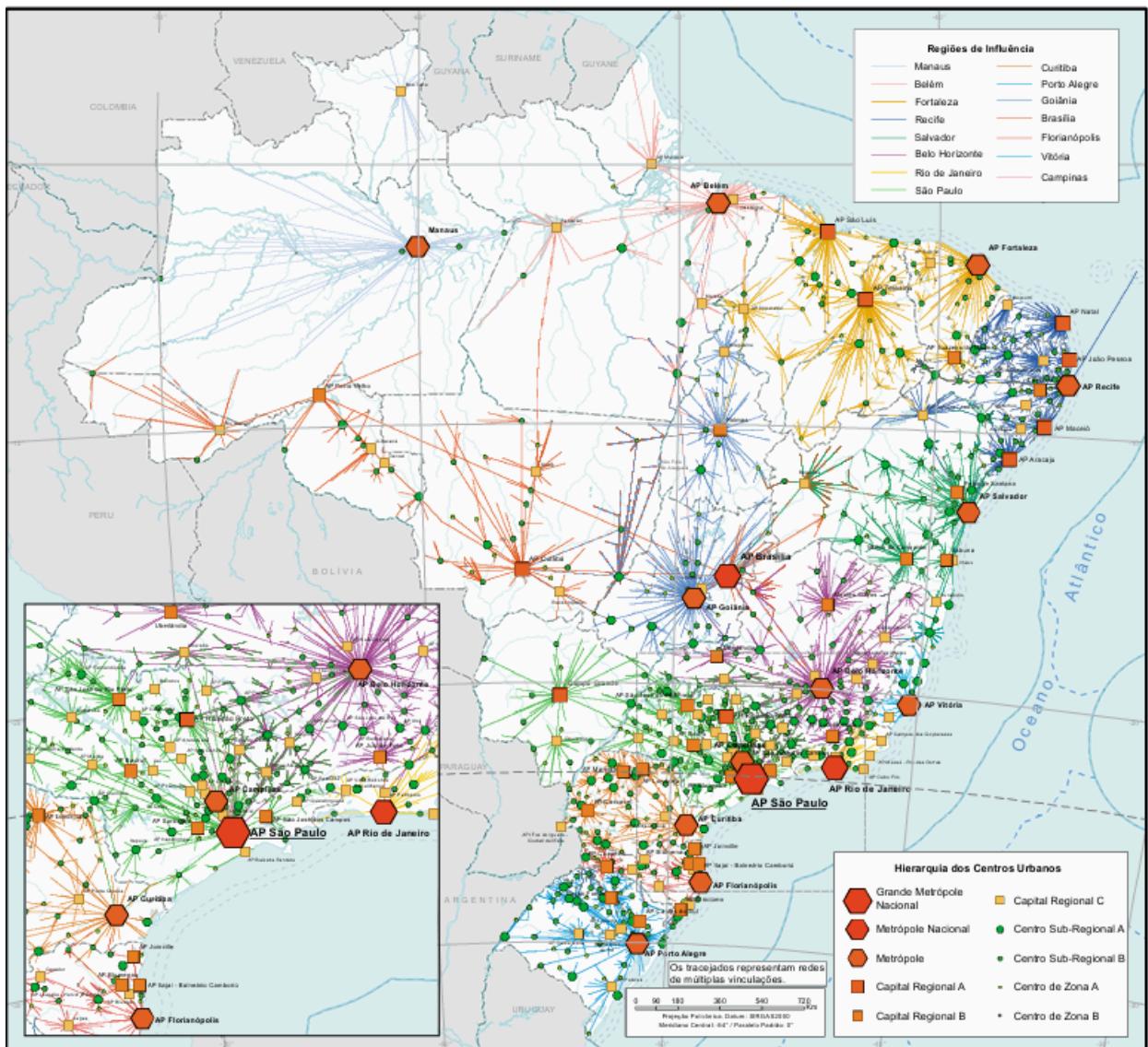
Os resultados intermediários e as zonas intermediárias na pesquisa REGIC 2007 desempenham um papel fundamental na compreensão da hierarquia urbana e das relações de influência entre os centros urbanos brasileiros. A análise desses resultados permitiu ao IBGE identificar a transição entre os grandes polos metropolitanos e os centros urbanos de menor porte, que exercem funções de articulação regional e sub-regional. As zonas intermediárias são compostas por cidades que, apesar de não possuírem a mesma influência de metrópoles e capitais regionais, desempenham papel relevante na estruturação da rede urbana ao conectar municípios de menor porte às principais cidades do país, isto porque são regiões que se situam entre grandes metrópoles e cidades de menor porte, sendo assim, fundamental na organização territorial.

Mapa 1 – Rede urbana – Brasil – 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Mapa 1 – Rede urbana – Brasil – 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

Em linhas gerais, pode-se vislumbrar que as mudanças entre a REGIC de 2007 e 2018 são sutis, permanecendo, majoritariamente, as similaridades hierárquicas dos principais centros urbanos. Entretanto, enxerga-se também um crescimento na quantidade e densidade das conexões entre as cidades, especialmente nas regiões do Centro-Oeste e Norte do país, indicando uma maior integração entre esses centros, questão que o IBGE destaca em seu texto ao apresentar a nova REGIC de 2018, ressaltando, portanto, a melhora no sistema de transportes e infraestruturas para conectar áreas historicamente periféricas no urbanismo brasileiro. Outro ponto relevante observado é que algumas cidades médias e pequenas passaram a ter uma maior hierarquia, possivelmente se tornando “Capitais Regionais” ou “Centros Sub-Regionais”, sobretudo no interior dos estados. À exemplo da cidade de Campinas, que como comentado anteriormente, ganhou enorme destaque no cenário hierárquico regional. Por outro lado, as regiões Sudeste e Sul, somadas ao litoral do país,

seguem sendo as mais concentradas, exercendo maior poder nesta hierarquização.

Os centros urbanos intermediários destacam-se pela presença de atividades econômicas diversificadas, instituições de ensino superior, serviços de saúde e infraestrutura de transporte, que consolidam seu papel como polos de atração regional. Esses centros, conforme documento que fundamenta a REGIC 2007, recebem fluxos de pessoas e mercadorias, consolidando-se como elos fundamentais na organização espacial do território nacional. Além disso, as zonas intermediárias refletem um movimento de descentralização das atividades econômicas e administrativas, permitindo um acesso mais equilibrado a serviços essenciais e reduzindo a dependência exclusiva das grandes metrópoles.

Tabela 12 – Distribuição das sedes de grandes empresas

Local da sede	Em- presas	Local da sede	Em- presas
São Paulo	365	Ribeirão Preto	11
Rio de Janeiro	116	Joinville	10
Porto Alegre	50	Goiânia	10
Belo Horizonte	46	Sorocaba	9
Curitiba	40	Londrina	9
Salvador	32	Belém	8
Campinas	30	Florianópolis	8
Manaus	27	Cuiabá	8
Brasília	25	Natal	7
Vitória	21	Uberlândia	7
Recife	14	Volta Redonda -	
Fortaleza	13	Barra Mansa	5
Caxias do Sul	13	Jundiaí	5

Fontes: Valor 1000. São Paulo: Valor Econômico, v. 5, n. 5, 2005; As 500 maiores empresas do Brasil. Exame, São Paulo: Abril Cultural, jul. 2005. Suplemento especial.

A análise dos dados da pesquisa que deu origem à REGIC de 2007 mostra que essas regiões possuem uma dinâmica complexa de interações, com fluxos de bens, serviços e informações que se distribuem de forma mais pulverizada do que em estudos anteriores. Isso evidencia um processo de reestruturação territorial, no qual os centros intermediários ganham importância e passam a ter influência em um número maior de municípios. Em algumas regiões do país, especialmente no Centro-Oeste e no Norte, o fortalecimento dessas cidades tem sido crucial para a organização da rede urbana, reduzindo a sobrecarga sobre as capitais estaduais e promovendo uma distribuição mais equilibrada da oferta de serviços, conforme

aponta o IBGE no documento em questão.

A partir dos mapas e tabelas disponíveis no estudo, percebe-se que as ligações entre os centros intermediários e suas respectivas áreas de influência são variadas, dependendo das características econômicas e sociais de cada região. Enquanto alguns centros atuam como polos agroindustriais, outros destacam-se pelo setor terciário e pelos serviços especializados. Esse fenômeno ressalta a heterogeneidade da rede urbana brasileira e a importância da adaptação das políticas públicas para fortalecer essas áreas intermediárias, garantindo que desempenhem seu papel de articulação de forma eficiente.

Logo, segundo o IBGE (2007), as zonas intermediárias demonstram uma evolução significativa na estrutura da rede urbana brasileira. Além disso, os dados revelam a importância de se considerar essas zonas na formulação de estratégias de planejamento urbano e econômico, garantindo que a distribuição dos investimentos seja mais equitativa e atenda às necessidades de populações que antes dependiam exclusivamente dos grandes centros metropolitanos.

A oferta de serviços de saúde no Brasil apresenta uma clara hierarquia entre os centros urbanos. Por exemplo, no que diz respeito ao serviço de saúde, segundo os relatórios do IBGE, a maior parte das cidades brasileiras se enquadra nas classes 3, 4 e 5 de complexidade hospitalar, estando mais associadas ao atendimento de baixa e média complexidade. Já os serviços de alta complexidade, como tratamentos oncológicos e cirurgias especializadas, estão concentrados nos grandes centros urbanos, o que resulta em deslocamentos médios superiores a 150 km para pacientes de regiões periféricas. O estudo também evidencia uma desigualdade na relação entre a oferta de leitos hospitalares e a demanda populacional. Embora os grandes centros urbanos concentrem a maior parte dos atendimentos especializados, eles também apresentam uma menor relação de leitos por mil habitantes em comparação com cidades menores, onde a flutuação da demanda é menos intensa.

Em relação a oferta de transportes, estes desempenham um papel central na estruturação da rede urbana brasileira, promovendo a integração entre cidades e condicionando sua acessibilidade. O transporte coletivo terrestre e aquático é responsável pela mobilidade de maior volume populacional. No entanto, a infraestrutura rodoviária e hidroviária apresenta desafios, especialmente na Região Norte do país, onde a baixa densidade viária limita a conectividade entre cidades, exigindo longos deslocamentos e dependência de transporte fluvial. A pesquisa do IBGE (2007) também mostra que, apesar da existência de polos regionais com boa oferta de serviços, muitas cidades ainda precisam recorrer a capitais estaduais para acessar aeroportos e terminais rodoviários de grande porte.

Assim sendo, o IBGE (2007) verifica que a hierarquia dos centros urbanos também se reflete na distribuição do ensino superior no Brasil. O estudo aponta que, apesar dos

avanços na descentralização, os grandes centros urbanos ainda concentram a maior parte das instituições de ensino superior e pesquisa, especialmente no que se refere à pós-graduação. Na educação básica e fundamental, muitos são os desafios. Sabe-se que o Brasil tem uma enorme defasagem na qualidade de ensino em áreas marginalizadas socialmente, em regiões de difícil acesso, os desafios são diversos, desde encontrar professores para lecionar nesses espaços até mesmo a mobilidade dos alunos, o que evidencia a evasão escolar muito acima da média se comparada a de grandes centros urbanos e cidades estratégicas.

Essas pesquisas realizadas pelo IBGE permitem compreender como a infraestrutura de saúde, transporte e educação se organiza no território nacional, destacando as desigualdades regionais e os desafios no planejamento urbano pelos agentes públicos. O acesso a serviços essenciais ainda está fortemente concentrado nas grandes cidades, exigindo políticas públicas voltadas à interiorização e descentralização dessas redes, que ainda são realidade distante na lógica brasileira.

2.2. Classificação hierárquica e diferenciação entre as cidades no território

A Rede de Influência das Cidades (REGIC) de 2007 e 2018, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estabeleceu novas divisões do território brasileiro baseada na dinâmica funcional e socioeconômica das cidades. A classificação proposta foi estruturada visando representar com maior precisão as interações regionais e a complexidade geográfica do país.

A nova organização regional trouxe importantes avanços para o planejamento governamental e a formulação de políticas públicas (IBGE, 2018). Entre os principais impactos destacam-se: Desenvolvimento de políticas mais eficazes, ou seja, adaptação de medidas voltadas para saúde, educação, transporte e segurança, conforme as especificidades regionais. E o aprimoramento do planejamento urbano e rural, destacando uma reflexão sobre a interação entre ambas as áreas, especialmente em grandes metrópoles e suas regiões periféricas, de acordo com a REGIC de 2018.

O IBGE determina seus estudos a partir da identificação de um centro e, a seguir, delimita as suas áreas de atuação. O órgão, portanto, privilegia, em seus métodos de classificação, a função de gestão do território, centralidade empresarial e industrial, bem como a presença de diferentes bens e serviços, em sua concentração. Logo, é possível verificar as áreas de influência e compreender a articulação das redes e fluxos no território. (IBGE, 2018).

Portanto, segundo o IBGE, a ausência de um planejamento urbano integrado entre diferentes níveis hierárquicos da rede urbana pode levar à superlotação dos grandes centros, ao passo que cidades menores enfrentam dificuldades para atrair investimentos e oferecer serviços essenciais.

Na REGIC de 2007, o IBGE determinou que o mapeamento realizado entre as conexões pelas cidades possibilitou a definição de suas zonas de influência e o esclarecimento da estrutura das redes no território, na relação de hierarquia entre o centro e suas cidades periféricas. Isto é, observou-se que o grupo de centros urbanos com maior grau de centralidade – que atraem outras cidades e formam áreas de influência de diferentes magnitudes – apresenta algumas discrepâncias em relação ao conjunto de centros responsáveis pela gestão territorial. Nesse último caso, há municípios cuja atuação se limita ao próprio território, desempenhando funções centrais apenas para sua população local. Por outro lado, há cidades que, mesmo não sendo classificadas como centros de gestão territorial, exercem um efeito de polarização sobre outras, evidenciando, assim, sua centralidade. A hierarquização dos centros urbanos considerou a classificação dos centros de gestão territorial, a intensidade das conexões e a abrangência da área de influência de cada um, além das particularidades regionais vislumbradas. Vale destacar que as diferenças nos valores obtidos para centros situados em distintas regiões não implicam, necessariamente, uma diferença na hierarquia, isto porque a importância de cada centro é avaliada conforme sua posição no contexto local específico. Portanto, centros situados em áreas menos densamente povoadas, tanto em termos populacionais quanto econômicos, podem alcançar um nível hierárquico com certa similaridade ao de centros em regiões mais desenvolvidas, mesmo apresentando indicadores de centralidade relativamente menores.

Catelan (2013) aprofunda essa questão ao demonstrar como as cidades médias se inserem no contexto global por meio de fluxos de capital, informação e mercadorias, articulando-se com diferentes escalas territoriais. Sua análise destaca que a crescente interconexão entre os centros urbanos não ocorre apenas de forma descendente, das metrópoles para as cidades menores, mas também de maneira transversal, com cidades médias estabelecendo relações diretas entre si, independentemente de sua posição hierárquica na rede urbana tradicional.

A reconfiguração das regiões geográficas imediatas e intermediárias também ilustra a discussão acima. Na versão de 2007, essas divisões eram mais amplas e, em muitos casos, apresentavam conexões pouco articuladas, o que dificultava a captação das relações entre os municípios. Em contraste, a REGIC de 2018 promoveu um redesenho dessas regiões, especialmente nas grandes áreas urbanas, estabelecendo novas regiões geográficas imediatas e agrupando municípios com maior interdependência funcional. Esse redesenho possibilitou a expansão de algumas regiões metropolitanas e a criação de novas áreas de interação,

reconhecendo o crescimento das cidades e sua crescente conectividade com as zonas rurais adjacentes, segundo o IBGE.

2.3. Análise do processo de formação do espaço urbano brasileiro

Milton Santos (2008) discorre sobre a “tendência à urbanização” visto que a sociedade moderna está legitimada pelo consumo, por sua capacidade produtiva, envolvendo a distribuição e circulação de mercadorias e serviços, características que determinam um espaço urbano cada vez mais caracterizado pelo trabalho humano. Na década de 80, Santos já somava o avanço do trabalho intelectual ao manual e destacava o progresso deste cada vez maior e mais visível nas instâncias sociais. O autor aponta como os investimentos são decididos e realizados, criando infraestruturas propícias para as cidades se desenvolverem.

A estrutura urbana do Brasil reflete um processo dinâmico de reestruturação espacial influenciado por fatores econômicos, sociais e tecnológicos, apontados no livro “Espaço e Método” de Milton Santos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem desempenhado um papel fundamental na análise da rede urbana brasileira por meio da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), publicada periodicamente desde 1972.

Milton Santos (2008) observa, conforme seus escritos, que as grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, tornam-se cada vez mais conectadas às redes globais de comércio e finanças, enquanto as populações mais pobres, que vivem nas periferias, têm um acesso limitado a essas novas oportunidades.

Para discorrer sobre a organização do espaço e suas especificidades, Santos pontua que essa noção é inseparável da ideia de sistemas de tempo, a linearidade precisa ser considerada em cada dinâmica e processo de construção do lugar. A organização do espaço, então, pode ser compreendida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na história do espaço.

Os espaços passam, então, a ser servidos pelos novos canais de informação, pelos meios modernos de transporte e pela crescente modernização da economia, que são tantos outros elementos de dispersão, que justificam a criação de novos centros e pólos estratégicos de localização do espaço. Esse processo, como se sabe, não é hegemônico. Além disso, o autor discorre que os períodos industrial e tecnológico, ou seja, os períodos da modernização comercial, da modernização da indústria e de seus suportes e o da revolução tecnológica, causaram a mais profunda transformação espacial nos países subdesenvolvidos (Santos, 2008).

A produção do espaço e o planejamento urbano são temas centrais nos estudos sobre a dinâmica das cidades e das redes urbanas. De acordo com Catelan (2013), o espaço

urbano é um produto das interações entre agentes econômicos, sociais e políticos, refletindo tanto as transformações históricas quanto os processos contemporâneos de globalização e financeirização da economia.

O conceito de produção do espaço, proposto por Henri Lefebvre, é fundamental para compreender como as cidades se estruturam e se modificam. Catelan (2013) destaca que as interações espaciais são formadas por processos de diferenciação funcional e hierarquização das cidades na rede urbana. As interações interescalares, que articulam o local ao global, têm se tornado cada vez mais complexas, com empresas transnacionais e governos locais disputando espaço e recursos, segundo o autor.

O planejamento urbano, de acordo com Catelan (2013), é um processo que deve considerar não apenas a dimensão funcional das cidades, mas também as interações sociais e econômicas que ocorrem em diferentes escalas. Harvey (2005, p. 166 apud CATELAN, 2013, p. 64) critica a separação entre urbanização e desenvolvimento econômico, enfatizando que a urbanização é um reflexo direto da lógica capitalista de expansão e acumulação.

Outro estudo relevante para este trabalho traz luz a um conceito novo, isto é, Heterarquia Urbana, de Catelan (2013), para descrever a coexistência de relações hierárquicas e horizontais entre as cidades. Esse conceito é particularmente útil para entender a dinâmica das cidades médias, que desempenham papéis intermediários entre centros metropolitanos e pequenas localidades. Estudos de caso demonstram que essas cidades podem tanto reforçar padrões tradicionais de centralização como estabelecer novas formas de conexão e interdependência (Santos, 2008).

O espaço urbano, conforme Catelan (2013), não é apenas um suporte físico para as atividades humanas, mas um reflexo das relações de poder e dinâmicas socioeconômicas que moldam a cidade. A urbanização contemporânea está diretamente ligada à lógica de acumulação do capital, que organiza o território em função das necessidades da economia globalizada. As cidades médias, como analisado no estudo de Bauru, Marília e São José do Rio Preto, exemplificam essa complexidade, pois apresentam características híbridas, combinando elementos de centralidade regional com novas articulações em redes globais.

Além disso, Catelan (2013) enfatiza que o espaço urbano é caracterizado por fluxos de bens, pessoas e informações, que criam redes de interdependência entre diferentes escalas espaciais. A análise das interações espaciais interescalares permite compreender como as cidades se tornam nós de uma rede maior, influenciada tanto por fatores locais quanto por dinâmicas globais. Isso implica que as políticas urbanas não podem ser pensadas de forma isolada, mas sim dentro de um contexto de múltiplas escalas de interdependência.

No caso das cidades médias analisadas por Catelan (2013), o planejamento urbano deve levar em conta tanto a necessidade de organização do espaço quanto a influência de agentes

econômicos externos, como grandes corporações e investidores imobiliários. A relação entre o espaço urbano e o mercado de terras é uma dimensão essencial desse processo, pois a especulação imobiliária e a segregação socioespacial são consequências diretas do modelo econômico predominante.

Catelan (2013) argumenta que, na contemporaneidade, as cidades médias desempenham papel crucial na estruturação da rede urbana, pois funcionam como nós que conectam diferentes escalas territoriais. Essa visão amplia a noção de centralidade utilizada no REGIC 2007, pois sugere que a influência de uma cidade não deve ser avaliada apenas pelo seu nível hierárquico, mas também pelas múltiplas conexões que estabelece com outros centros urbanos. A pesquisa do IBGE já indicava a crescente importância de algumas cidades médias na rede urbana, demonstrando que elas ampliaram sua influência em comparação com estudos anteriores. Essa constatação vai ao encontro do conceito de heterarquia urbana de Catelan, que combina relações hierárquicas tradicionais antigas com novas formas de interação entre os centros urbanos.

Sobre hierarquia urbana no livro “Espaço e Método”, Milton Santos discorre: “O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens.” (Santos, 2008). Nesta passagem, analisa-se, portanto, a ideia de centro de decisões e, assim, incorpora-se uma tese sobre como funciona a hierarquia urbana dentro do espaço, na mesma lógica do início sobre “conter e ser contido” por esses fenômenos e conceitos. A influência de grandes centros urbanos, das metrópoles nacionais em cidades e municípios dependentes ou “mais pequeno lugar”, como o autor descreve no livro, é o que molda, na compreensão desta monografia, a pesquisa do IBGE para realizar as REGICs, justificando, portanto, a necessidade de produzir tal documento.

É fundamental compreender a produção do espaço urbano dentro de uma esfera que engloba a formação econômico-social, levando em consideração os seus lugares geográficos e seus momentos históricos.

A pesquisa de Corrêa (2004) sobre produção do espaço e hierarquia urbana fornece um panorama abrangente da organização territorial brasileira. A estruturação da rede urbana é um processo dinâmico, influenciado por fatores históricos e econômicos, e a hierarquia das cidades reflete tanto a concentração de poder quanto as novas formas de especialização e interdependência regional. Corrêa (2004) analisa a existência de cidades que se destacam pela especialização em setores específicos, como polos industriais, portuários e tecnológicos. Esse fenômeno tem impactos diretos na estrutura da rede urbana, pois fortalece a interdependência entre os centros urbanos.

3. COMPARAÇÃO ENTRE OS DOCUMENTOS MAIS RECENTES (2007 E 2018)

3.1. Mudanças realizadas entre uma edição e outra

As REGICs de 2007 e de 2018 são versões de redes de influência das cidades feitas pelo IBGE com muitas similaridades e poucas mudanças entre um documento e outro, a principal diferença entre elas, entretanto, está na metodologia e nos critérios de organização dos territórios, refletindo as mudanças sociais, econômicas e demográficas do Brasil ao longo dos anos, que ficaram mais sofisticadas e foram aprimoradas com o intervalo de tempo. Fonte: REGIC-IBGE, 2007.

O documento anterior, de 2007, era baseado principalmente em aspectos administrativos e geográficos. As regiões eram delimitadas de forma mais rígida, sem considerar tanto as dinâmicas sociais e econômicas de cada local. Contudo, a REGIC de 2018 trouxe uma leitura mais robusta sobre as relações econômicas e de mobilidade entre os municípios, que foram detalhadas de maneira mais profunda. Por exemplo, foi observada a relação entre municípios em termos de interdependência, como comércio, transporte e serviços, além da proximidade geográfica.

A REGIC de 2018 teve um enfoque maior nas interações regionais, buscando refletir as áreas que, de fato, possuem uma maior integração funcional e com seus fluxos dispostos no território. Ou seja, uma atenção maior foi dada aos fluxos de pessoas, de bens e serviços, o que resultou em algumas reconfigurações de alguns centros de influência. Em 2018, segundo o IBGE, houve ajustes nas áreas metropolitanas, de modo que as novas divisões de critérios propostos pelo órgão procuraram refletir as mudanças nas áreas urbanas e rurais, reconhecendo as áreas de influência urbana de maneira mais precisa, o que levou também à criação de novas zonas geográficas imediatas e intermediárias no novo documento, como já mencionado anteriormente.

O documento de 2018 foi concebido para ser mais útil na definição de políticas públicas, já que este busca refletir melhor as realidades socioeconômicas e de mobilidade no país, enquanto a de 2007 tinha um enfoque mais estático e administrativo. Algumas regiões que anteriormente eram isoladas ou consideradas "periféricas" dentro de grandes áreas urbanas passaram a ser consideradas mais integradas e incluídas nas regiões de maior importância econômica e social. Abaixo, há um exemplo do formulário que o IBGE elabora para realizar os questionários metodológicos, que por sua vez, vão servir de base para o resultado final da REGIC, como já discutido anteriormente.

Anexo 1 – Questionário da pesquisa Regiões de Influência das Cidades – Módulo Principal

REGIC – Região de Influência das Cidades Questionário da Pesquisa – Principal

Município:

Responsável pela coleta:

Questionário nº:

Telefone:

Questionário criado em:

Tipo de Informante:

Identificação do Informante

Nome:

Telefone:

Cargo/Posição:

Selecione um desses informantes, priorizando a ordem estabelecida:

- 1) Prefeitura
- 2) Agência dos Correios
- 3) Cartório
- 4) Fórum Municipal
- 5) Agência Bancária
- 6) Delegacia de Polícia
- 7) Igreja
- 8) Associações de Lojistas
- 9) Rádios Locais

1 – Quais são os municípios mais procurados pela população para compra de artigos de vestuário e calçados para consumo próprio?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

2 – Quais são os municípios mais procurados pela população para compra de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

3 – Quais são os municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de *baixa e média complexidade* (consultas médicas e odontológicas, raio x, colocação de gesso, etc.)?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

4 – Quais são os municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de *alta complexidade* (internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia, tratamento de câncer etc.)?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

5 – Quais são os municípios mais procurados pela população para cursar *ensino superior*?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

6 – Quais são os municípios mais procurados pela população para ir a shows, festas, festivais, cinemas, teatros, museus e outras atividades culturais?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

7 – Quais são os municípios mais procurados pela população para ir a *eventos esportivos*, incluindo *práticas esportivas* pela própria população?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

8 – Quais são os municípios mais procurados pela população para acessar aeroportos?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
Outros		

9 – Quais jornais impressos editados em outros municípios são vendidos ou distribuídos gratuitamente neste município?

UF	Nome do Jornal	Município de edição	Percentual
1º Lugar			
2º Lugar			
3º Lugar			
4º Lugar			
5º Lugar			
Outros			

() Não circulam jornais nesse município

Nota: a aplicação deste questionário ocorreu por meio de Dispositivos Móveis de Coleta (DMC) com aplicativo próprio desenvolvido para a pesquisa. O preenchimento dos municípios-destino pelos entrevistadores foi feito por meio de seleção em uma lista após inserção da UF e primeiras letras do nome do município, autocompletando o restante das informações. O encerramento do questionário dependia da resposta a todas as questões com percentual total de 100% em cada uma.

Fonte: REGIC-IBGE, 2018.

À exemplo, há também uma caracterização particular, ou seja, um dos critérios que o IBGE visa estudar, neste caso, o modelo agropecuário, para assim definir sua zona de influência no território.

Anexo 2 – Questionário da pesquisa Regiões de Influência das Cidades – Módulo Agropecuário

REGIC – Região de Influência das Cidades Questionário da Pesquisa – Agropecuário

Município:
Responsável pela coleta:
Questionário nº:
Telefone:
Questionário criado em:
Instituição Informante:
Nome:
Cargo/Posição:
Telefone:

NOME DO PRODUTO A SER PESQUISADO

1 – Em quais municípios os produtores rurais compram materiais de consumo, como adubos, fertilizantes, vacinas e sementes?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

2 – Em quais municípios os produtores rurais compram maquinário e implementos agrícolas?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

4 – Para quais municípios os produtores rurais destinam a produção?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

3 – Em quais municípios os produtores rurais buscam serviços técnicos especializados?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

Nota: a aplicação deste questionário ocorreu por meio de Dispositivos Móveis de Coleta (DMC) com aplicativo próprio desenvolvido para a pesquisa. A listagem dos produtos agropecuários a serem pesquisado em cada município já era indicada pelo aplicativo aos entrevistadores. O preenchimento dos municípios-destino foi feito por meio de seleção em uma lista após inserção da UF e primeiras letras do nome do município, autocompletando o restante das informações. O encerramento do questionário dependia da resposta a todas as questões com percentual total de 100% em cada uma.

Fonte: REGIC-IBGE, 2018.

Logo, segundo as análises do IBGE (2018), uma diferença importante é que a REGIC de 2018 foi mais dinâmica e tentou refletir as interações sociais e econômicas de forma mais precisa, enquanto a de 2007 seguia uma metodologia mais rígida e com menos foco na mobilidade e nas relações entre os municípios. Essas mudanças visam oferecer uma análise mais detalhada e relevante da realidade regional do Brasil, o que auxilia em políticas públicas e no planejamento de infraestrutura, educação, saúde, etc., de acordo com o Instituto.

A metodologia de 2018 conferiu maior peso à mobilidade da população, considerando deslocamentos diários para o trabalho, comércio e acesso a serviços. Essa perspectiva ampliada resultou em uma divisão mais dinâmica, capaz de representar com maior precisão as interconexões entre os territórios e os fluxos reais que estruturam a organização espacial do país. A delimitação das regiões metropolitanas também passou por uma reavaliação substancial. Na versão anterior (2007), essas regiões eram demarcadas de maneira mais rígida, sem considerar plenamente as dinâmicas contemporâneas de integração entre espaços urbanos e rurais. Em 2018, as áreas metropolitanas foram redesenhas para incorporar municípios que possuem uma interdependência econômica e social mais intensa com os centros urbanos, evidenciando novas formas de conectividade entre cidades vizinhas. Com isso, localidades anteriormente excluídas passaram a ser reconhecidas como partes integrantes dessas regiões, refletindo de maneira mais fidedigna a realidade dos fluxos populacionais e das interações econômicas, conforme apontado pelo órgão federal.

Assim sendo, o IBGE (2018) aferiu que em relação à infraestrutura de transporte e aos fluxos de deslocamento, a REGIC de 2018 avançou ao incorporar análises mais

detalhadas sobre a mobilidade da população e os sistemas de transporte. Diferentemente da versão de 2007, que não contemplava com precisão os deslocamentos diários entre municípios, a atualização mais recente passou a considerar, de maneira sistemática, a infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroportuária na organização regional, conforme já mencionado anteriormente. Esse aprimoramento metodológico permitiu uma representação mais acurada das relações espaciais, captando a intensidade dos fluxos de transporte e suas implicações para a conectividade regional.

A dinâmica entre áreas urbanas e rurais também foi objeto de uma análise mais aprofundada na REGIC de 2018. Enquanto a versão anterior não refletia com clareza as transformações resultantes da expansão das cidades e da crescente integração com as áreas rurais, a nova abordagem enfatizou a interconectividade entre esses espaços. O estudo evidenciou o impacto da urbanização sobre regiões anteriormente classificadas como predominantemente rurais e demonstrou como essas áreas passaram a exercer funções urbanas em determinados contextos, seja pela ampliação da infraestrutura, seja pelo crescimento das atividades econômicas.

Outro aspecto relevante foi a inclusão de novos centros regionais. Na REGIC de 2007, algumas áreas emergentes com dinâmicas urbanas e econômicas incipientes não eram devidamente representadas. Já a REGIC de 2018 reconheceu a ascensão de novos polos de desenvolvimento, incorporando municípios que passaram a desempenhar papéis estratégicos na rede urbana nacional. Esse reconhecimento reflete um processo de descentralização econômica, em que regiões tradicionalmente periféricas começaram a se consolidar como centros de influência, especialmente no interior do país, segundo o IBGE.

Além das mudanças estruturais, a REGIC de 2018 trouxe ajustes fundamentais para o planejamento de políticas públicas. A versão anterior ainda seguia uma abordagem predominantemente tradicional, com limitações na captura das interações dinâmicas do território brasileiro. Com a atualização, a divisão passou a fornecer uma base mais precisa para a formulação de estratégias governamentais, permitindo que os órgãos públicos federais, estaduais e municipais tenham uma visão detalhada das necessidades regionais. Esse aprimoramento tem impactos diretos na formulação de políticas para setores essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, garantindo que as intervenções governamentais sejam mais eficazes e ajustadas às realidades locais.

Portanto, a REGIC de 2018 representa um avanço metodológico significativo em relação à versão anterior, incorporando uma visão mais dinâmica e integrada da rede urbana brasileira, conforme já apresentado acima. Sua atualização decenal é essencial para garantir que o modelo territorial do país reflita as transformações contínuas que moldam as

relações socioeconômicas e espaciais, assegurando que o planejamento governamental seja pautado por dados precisos e alinhados às realidades contemporâneas.

3.2. Por que o IBGE publica esta análise neste intervalo de tempo (10 em 10 anos)?

A REGIC de 2018 buscou modernizar o estudo sobre a influência que as redes urbanas exercem no Brasil, promovendo uma estrutura mais condizente com a realidade econômica e social do país no período.

A atualização dessa leitura geográfica ocorre a cada dez anos justamente para acompanhar o dinamismo do espaço brasileiro, que passa por constantes mudanças demográficas, econômicas e sociais. A periodicidade decenal dessa revisão se justifica por diversos fatores. Entre eles, destacam-se as mudanças populacionais e sociais que ocorrem ao longo do tempo, como migrações internas, crescimento urbano e novas dinâmicas de mobilidade. Essas transformações impactam diretamente as interações entre municípios e exigem a reavaliação das delimitações regionais, a cada certo tempo. Além disso, as modificações na infraestrutura econômica e de transporte são determinantes para redefinir as relações espaciais entre os territórios, segundo o IBGE. O desenvolvimento de novos polos industriais e comerciais, a expansão de redes logísticas e a construção de equipamentos urbanos alteram a forma como as cidades interagem e demandam ajustes nas classificações regionais, de acordo com o órgão.

Outro fator determinante para a atualização periódica da REGIC é a necessidade de adaptação das políticas públicas às novas configurações territoriais, que como pode ser visto, muda com o passar do tempo. À medida que as cidades se expandem e as interações regionais se intensificam, torna-se essencial que o planejamento governamental esteja alinhado a essas mudanças. A cada nova revisão, o IBGE fornece um retrato atualizado das redes de influência das cidades, permitindo que os gestores públicos (e privados) possam tomar decisões mais embasadas sobre investimentos em infraestrutura, mobilidade e serviços essenciais.

A crescente urbanização do Brasil também reforça a necessidade de reavaliação contínua da rede urbana. O aumento da concentração populacional em cidades médias e grandes, aliado à transformação das relações entre áreas urbanas e rurais, exige uma análise detalhada das novas dinâmicas espaciais. A identificação de novos centros urbanos e a incorporação de áreas anteriormente classificadas como rurais nas redes metropolitanas são exemplos de como o processo de revisão contribui para a adaptação da estrutura territorial às realidades emergentes, conforme descrito pelo IBGE (2018).

Em resumo, o IBGE elabora a REGIC de 10 em 10 anos com objetivo de que as

redes de influência das cidades possam refletir as mudanças reais e contínuas no Brasil, levando em consideração, então, as transformações demográficas, sociais, econômicas e infraestruturais percebidas durante esse tempo. Essa periodicidade permite a atualização das informações, fornecendo uma base mais precisa para políticas públicas, planejamento regional e coleta de dados em diversas áreas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção do espaço e do planejamento urbano requer uma abordagem integrada, que considere as interações espaciais, a influência do capital e as estruturas hierárquicas das redes urbanas. Como enfatiza Catelan (2013), compreender esses processos é essencial para formular políticas urbanas que promovam o desenvolvimento equilibrado e inclusivo das cidades.

A hierarquia urbana do Brasil reflete a concentração das atividades econômicas e políticas, com algumas cidades exercendo um papel de comando sobre vastas regiões. A estrutura hierárquica tem impacto direto no planejamento territorial e na distribuição de investimentos públicos e privados. Os estudos do IBGE contribuíram para entender essa dinâmica e apoiar políticas públicas voltadas para infraestrutura, mobilidade e desenvolvimento regional.

Como vimos ao longo da monografia, o trabalho proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem como principal objetivo mapear e compreender as relações de influência das cidades no território nacional. A metodologia utilizada ao longo dos anos demonstra um esforço contínuo de refinamento analítico, permitindo um aprimoramento da rede urbana brasileira. O trabalho buscou destacar que a hierarquia urbana é um elemento essencial para o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas, fator que deveria facilitar a distribuição de serviços e investimentos em infraestrutura. Essas estruturas refletem, ao mesmo tempo, as dinâmicas da economia e da sociedade, consolidando padrões de desenvolvimento que ora reforçam a centralização, ora promovem a descentralização e a policentralidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole [recurso eletrônico] / Ana Fani Alessandri Carlos. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2017. 7.786 KB ; PDF.
- CATELAN, Márcio José. Heterarquia urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias / Márcio José Catelan. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- CORRÊA, Roberto. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 51, nº 3, p. 113 – 137. Jul/Set 1989. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n3.pdf>
- CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995.
- EUFRASIO, Mario Antonio. A estrutura da teoria dos lugares centrais de W. Christaller. 1982. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- IBGE, Coordenação de Geografia, Regiões de influência das cidades 2018, IBGE, Rio de Janeiro 2020.
- IBGE. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa). Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p. 3-18, 1961.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. Metodologia do Trabalho Científico. SP : Atlas, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba / Rosa Moura. - Curitiba, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(l)i)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PACHECO, Herlan Cássio de Alcantara, «Regiões de influência das cidades 2018», *Confins* [Online], 48 | 2020, posto online no dia 28 novembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/confins/33618>
- SANTOS, Milton. As cidades e o espaço nos dois mundos: evolução diferencial e diversidade no século XX. In: SANTOS, Milton. A Urbanização Desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. (p. 109-140).

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993a. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, n. 53, p. 35-60. Bauru: AGB, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1096>

Santos, Milton. Espaço e Método. – 5. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 120 p. ; 14 x 21 cm. – (Coleção Milton Santos ; 12).

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990.